

A participação feminina no meio editorial da saúde coletiva

Leila Posenato Garcia

Editora-Geral da Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil

Introdução

As desigualdades de gênero são evidentes na sociedade. Existem diferenças salariais em detrimento das mulheres, as mulheres são subrepresentadas na política, são as principais vítimas da violência doméstica e familiar e realizam a maior parte do trabalho doméstico não remunerado. O meio acadêmico não representa exceção. Um escândalo recente ilustra esse contexto. Em agosto de 2018, a faculdade de medicina de Tóquio, no Japão, assumiu ter manipulado, por mais de uma década, os resultados dos testes de admissão para deliberadamente prejudicar o ingresso de mulheres e favorecer o de homens e, assim, assegurar que fossem formados mais médicos homens do que médicas.¹

O presente texto traz ao debate as desigualdades de gênero na pesquisa e na publicação científica no cenário internacional e nacional, com destaque para a área da saúde coletiva no Brasil, e traz propostas para o monitoramento e a superação de tais desigualdades.

Desigualdades de gênero na pesquisa e na publicação científica

No cenário da pesquisa e da publicação científica, as desigualdades de gênero também se manifestam. A revista Nature foi pioneira em chamar a atenção para a situação e propor ações para seu enfrentamento. Em novembro de 2012, em resposta a uma correspondência que questionava a baixa participação feminina entre autores de artigos convidados, foi publicado o editorial intitulado “Nature’s sexism”,² no qual os editores revelaram a baixa proporção de mulheres entre autores dos artigos, entre pesquisadores cujo perfil foi publicado na revista, assim como entre o conjunto dos revisores de artigos. Tal situação foi atribuída à baixa proporção de pesquisadoras em determinadas disciplinas, especialmente nas posições mais destacadas. Com isso, as poucas mulheres seriam demandadas a participar em comitês científicos, de modo a promover a equidade de gênero em sua composição e, assim teriam menos disponibilidade para escrever e revisar artigos. Além disso, os editores destacaram o fato de que as mulheres tipicamente dedicam mais tempo para as atividades domésticas e cuidados com as crianças, reduzindo ainda mais o tempo disponível para dedicar à publicação científica. Ainda, assumiram a existência de “fatores inconsistentes” e propuseram que cada editor, ao selecionar possíveis autores para artigos comissionados, perguntassem a si mesmos quais as cinco mulheres que poderiam ser convidadas.

¹ <https://www.theguardian.com/world/2018/aug/08/tokyo-medical-school-admits-changing-results-to-exclude-women>

² <https://www.nature.com/news/nature-s-sexism-1.11850>

Em janeiro de 2017, a mesma revista publicou novo editorial³ destacando que houve um aumento na proporção de autoras e revisoras desde 2012, mas que o desequilíbrio de gênero nas revistas científicas ainda era pervasivo e que havia um longo caminho a ser trilhado na direção da equidade.

No mesmo sentido, em 2017, a editora Elsevier publicou o relatório “Gender in the global research landscape”,⁴ visando a apresentar os resultados de uma análise das publicações em periódicos científicos, sob a lente do gênero, de 27 áreas de pesquisa, em 12 países, durante 20 anos. No período de 1996 a 2015, houve aumento da participação de mulheres entre pesquisadores e inventores, em todos os países estudados. Contudo, as mulheres ainda publicam, em média, menos artigos científicos do que os homens, embora não exista evidência de que o gênero afete os números de citações e downloads dos artigos. Ainda, as mulheres, em comparação aos homens, publicam menos trabalhos em colaborações internacionais e apresentam menos mobilidade internacional, embora realizem mais trabalhos com grande colaboração interdisciplinar.

O relatório mostrou que, no Brasil, a proporção de mulheres entre o conjunto de autores dos artigos publicados, aumentou de 38% no período de 1996-2000 para 49% de 2011-2015. No último período, o país se destacou, juntamente com Portugal, por apresentar a maior proporção de mulheres entre os países estudados. Houve crescimento da participação feminina em todas as áreas. No período 2011-2015, destacaram-se com maiores proporções de participação de mulheres brasileiras entre autores nas áreas da enfermagem (71%), psicologia (65%), farmacologia, toxicologia e farmácia (58%), neurociências (56%), medicina (55%) e veterinária (51%). Cumpre informar que a saúde pública, ou coletiva, não foi identificada como área no referido estudo.

Essas proporções são consistentes com a distribuição de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2015, a área da saúde apresentou a maior proporção de bolsistas do sexo feminino (68%). Especificamente na saúde coletiva, das 2.826 bolsas, 72% beneficiaram mulheres. O número de bolsas concedidas a mulheres supera aquele aos homens nas modalidades apoio técnico, auxílio à pesquisa, iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Contudo, tal predominância não aparece entre as bolsas de produtividade em pesquisa, concedidas aos pesquisadores mais relevantes e produtivos. Assim, observa-se o conhecido fenômeno do “telhado de vidro”, caracterizado pela subrepresentação das mulheres nos cargos de comando e alta remuneração, nas posições de poder e prestígio.

Perspectiva de gênero nas revistas científicas

³ <https://www.nature.com/news/gender-imbalance-in-science-journals-is-still-pervasive-1.21348>

⁴

https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf

É básico aceitar que o gênero organiza e compõe a base dos valores e normas das estruturas na sociedade, o que inclui os âmbitos da pesquisa, academia, política e cuidados de saúde. Portanto, a perspectiva de sexo e gênero deve ser sempre considerada. As revistas científicas têm papel relevante para a promoção da equidade de gênero na pesquisa e na publicação, não somente ao contribuir para uma distribuição equitativa segundo sexos de autores, revisores e membros do corpo editorial, mas também ao promover debates e divulgar temas relevantes a partir da perspectiva de sexo e gênero, e incentivar a incorporação desta perspectiva nos estudos que derivam os artigos.

Esse papel das revistas é destacado nas diretrizes SAGER (Sex And Gender Equity in Research), elaboradas pelo Comitê de Equidade de Gênero (Gender Policy Committee – GPC) da Associação Europeia de Editores Científicos (European Association of Science Editors - EASE) e publicadas em 2016.⁵ As diretrizes podem ajudar autores, editores e revisores a usar a terminologia (sexo e/ou gênero) corretamente, melhorar o desenho, condução e relato dos estudos, de modo a permitir a correta aplicação dos resultados das pesquisas, assim contribuindo para o melhor uso dos recursos e redução do desperdício em pesquisa. Atualmente, o GPC trabalha na elaboração de uma diretriz específica para a promoção da equidade de gênero no meio editorial científico.

As revistas brasileiras da saúde coletiva já apresentam elevada participação de mulheres em seu corpo editorial, assim como entre seu conjunto de autores e revisores, como reflexo da maior proporção de mulheres atuantes na área como um todo. Como exemplo, aproximadamente dois terços dos autores e revisores da revista *Epidemiologia e Serviços de Saúde* são do sexo feminino. Tal proporção é semelhante à proporção de inscritos do sexo feminino (70%) no X Congresso Brasileiro de Epidemiologia, realizado em Florianópolis-SC, em 2017, cujos participantes estão representados entre autores e revisores da revista. Em editorial recentemente publicado em *Cadernos de Saúde Pública*, intitulado “Mulheres no mundo da ciência e da publicação científica”,⁶ as editoras destacaram que a participação de mulheres no corpo editorial desta revista, de 50%, era inferior à parcela majoritariamente feminina na área da Saúde Coletiva.

Não obstante a elevada participação feminina na saúde coletiva, é recomendável que as revistas da área monitorem a distribuição de sexos entre os autores dos artigos submetidos, recusados, publicados e convidados, bem como entre os revisores e membros das equipes editoriais. Contudo, tal monitoramento ainda é pouco divulgado pelas revistas nacionais, embora seja amplamente recomendável não apenas para conhecer a realidade, mas também para subsidiar propostas que visem a tornar a distribuição de sexos mais equitativa nos diversos papéis desempenhados na publicação científica. As revistas da Saúde Coletiva, por haverem demonstrado essa questão, podem conjuntamente se mobilizarem para realizar um levantamento mais amplo da distribuição de

⁵ <https://www.equator-network.org/reporting-guidelines/sager-guidelines/>

⁶

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00025018.pdf

sexos, que possivelmente serviria como exemplo para periódicos de outras áreas. No sentido de superar as desigualdades existentes, os periódicos poderão elaborar políticas editoriais que fomentem a participação feminina, especialmente na composição da equipe editorial e na seleção de revisores, e outras propostas poderão ser apresentadas.

Ademais, as revistas têm importante potencial para suscitar debates relacionados à participação feminina na ciência, bem como para a divulgação das diretrizes SAGER e de outras iniciativas para promover a equidade de gênero e incorporar a perspectiva de gênero na pesquisa científica, desde o desenho dos estudos até a publicação de seus resultados.